



Interdisciplinary

LINKSCIENCEPLACE

DOI: 10.17115

ISSN: 2358-8411

Scientific Journal



Interdisciplinary Scientific Journal. ISSN: 2358-8411

Nº 5, volume 6, article nº 03, May 2019

D.O.I: <http://dx.doi.org/10.17115/2358-8411/v6n5a3>

Accepted: 10/12/2018 Published: 30/05/2019

I SEMINÁRIO DE SAÚDE MENTAL DO NORTE E NOROESTE FLUMINENSE

– 27 A 30 DE NOVEMBRO DE 2018 – CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ

A MEDICALIZAÇÃO INFANTIL NA VIDA ESCOLAR

Ana Luiza Barcelos Ribeiro

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem -

UENF

Docente UNESA e FAMESC

analuzabarcelos32@yahoo.com.br

Thamires Gomes da Silva Amaral Lessa

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem –

UENF

thamiresgsa@gmail.com

Bianka Pires André

Docente do Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem – UENF

biankapires@gmail.com

RESUMO

A medicalização infantil é um fenômeno que tem chamado a atenção de muitos profissionais da área da saúde e da educação, esse fato tem sido resultado de uma sociedade imediatista na qual estamos inseridos, onde os problemas que não são médicos e sim sociais são abordados como se fossem doenças ou distúrbios, sem ressaltar a necessidade de considerar a diversidade humana, suas diferenças e especificidades. Nesse contexto não é observada outras alternativas para o tratamento dessa diversidade, considerando apenas como uma questão médica e que muitas vezes precisa ser medicada. Este trabalho a partir de uma revisão bibliográfica busca refletir sobre as causas da medicalização infantil e como a mesma vem se desenvolvendo no ambiente educacional, utilizando-se de autores atuais e renomados na área. Partiremos do seu conceito e da diferenciação deste conceito com o de medicação, observamos que a medicalização é uma questão social e conseqüentemente afeta a criança, embasamos o conteúdo com questões relacionadas ao aumento dos diagnósticos na infância. Ela surge na vida das crianças no ambiente educacional como forma de sanar os problemas de aprendizagem que acometem muitas delas. Esses problemas, vistos como doenças individuais, começam a ser tratados através de medicamentos que prometem auxiliar a criança no desenvolvimento da sua aprendizagem e do seu comportamento. Especificamente em relação à medicalização da vida de crianças e

adolescentes, ocorre a articulação com a medicalização da educação na invenção das doenças do não aprender e com a medicalização do comportamento.

Palavras chave: Medicalização, infância, escola.

ABSTRACT

The medical medicalization of children is a phenomenon that has attracted the attention of many professionals in the area of health and education, this fact has been the result of an immediate society in which we are inserted, where the problems that are not medical but social are approached as if they were diseases or disorders, without highlighting the need to consider human diversity, their differences and specificities. In this context other alternatives are not observed for the treatment of this diversity, considering only as a medical issue and that often needs to be medicated. This work, based on a bibliographical review, seeks to reflect on the causes of child medicalization and how it has been developed in the educational environment, using current and renowned authors in the area. We will start from its concept and the differentiation of this concept from that of medication, we observe that medicalization is a social issue and consequently affects the child, we base the content with questions related to the increase of diagnoses in childhood. It arises in the lives of children in the educational environment as a way to heal the learning problems that affect many of them. These problems, seen as individual illnesses, begin to be treated through medications that promise to assist the child in developing his learning and behavior. Specifically in relation to medicalization of the life of children and adolescents, there is the articulation with the medicalization of education in the invention of the diseases of not learning and the medicalization of behavior.

Key words: Medicalization, childhood, school.

Introdução

Diante da crescente demanda à clínica (médica, fonoaudiológica, psicológica, psicopedagógica), seja pela busca de um diagnóstico ou de alguma medicação, observamos assim um processo de medicalização que comportamentos e sentimentos eu deveriam ser inerentes a subjetividade humana. Neste mesmo contexto encontramos muitas crianças em fase escolar, com diagnóstico de diversos tipos de transtornos, cujos sintomas se confundem com a fase da infância na qual estão passando.

Assim, a partir de uma revisão bibliográfica busca-se refletir sobre as causas da medicalização infantil e como a mesma vem se desenvolvendo no ambiente educacional, utilizando-se de autores atuais e renomados na área. Partiremos do

seu conceito e da diferenciação deste conceito com o de medicação, observamos que a medicalização é uma questão social e conseqüentemente afeta a criança, embasamos o conteúdo com questões relacionadas ao aumento dos diagnósticos na infância.

A fim de iniciar a pesquisa acerca da medicalização, se faz necessário conceituar os termos que serão abordados neste trabalho, bem como, medicalização. Esse tema, vem sendo tratado de forma recorrente em diversas análises sociais sobre o campo da saúde e da doença. Segundo Zola (1972), o conceito de medicalização se firmou a partir de estudos alcançados durante a década de 1970, que tinham correntes marxistas e liberais humanistas como modelos.

Diferenciando assim os conceitos de medicalização com o de medicação, onde a medicação está intimamente relacionado ao uso de remédio, enquanto que o termo medicalização está relacionado ao diagnóstico e conseqüente medicação de questões cotidianas da vida humana, questões essas que não eram consideradas doenças ou que poderiam ser tratadas a partir de outros paradigmas.

Se torna claro que a medicação pode minimizar os sintomas, quando os mesmos são patológicos, pode trazer inúmeros benefícios à criança, visto que se encontra em fase de aprendizagem, em fase de desenvolvimento facilitando assim este processo, mas tem se observado que muitas vezes essa medicação é realizada de forma errônea ou insuficiente ou ainda inadequada, podendo trazer prejuízos na aprendizagem, efeitos colaterais desnecessários.

Conceituando Medicalização

O termo medicalização, que aparece inicialmente com Ivan Illich na década de 1970, vai além do tratamento com substâncias químicas que, “consiste no processo no qual problemas não médicos são definidos e tratados como problemas médicos usualmente em termos de doenças e desordens” (EDINGTON, 2012, p. 16).

De acordo com Moysés (2001), podemos entender por medicalização o processo por meio do qual são deslocados para o campo médico problemas que

fazem parte do cotidiano dos indivíduos. Assim, fenômenos de origem social e política são convertidos em questões biológicas, próprias de cada indivíduo.

Questões do dia a dia, que muitas vezes decorrem de alguma ansiedade ou problema passageiro tem gerado muitos diagnósticos, todas as pessoas são pacientes potenciais com o avanço tecnológico e com a medicalização da vida.

Questões sociais, oriundas do cotidiano e da própria existência são consideradas como médicas, são patologizadas e tidas como um problema. Em geral, a medicalização denota algo suspeito derivado da criação ou incorporação de um problema “não médico” ao aparato da Medicina (ROSE, 2007).

Illich aponta para a ideia de que esse fenômeno deveria ser entendido como uma forma de expropriação da saúde, assegurada e organizada pela Medicina, a qual passaria a ser “uma oficina de reparos e manutenção, destinada a conservar em funcionamento o homem usado como produto não humano” (ILLICH, 1975, p.10).

O homem é considerado neste contexto como um produto, algo que deve ser melhorado para responder a uma demanda de mercado, para uma melhor adaptabilidade a sociedade e ao capitalismo.

O conceito voltado para a medicalização embasa-se no biopoder onde deve ser desconstruído em virtude de outras possibilidades de tratamento, dentre eles a psicoterapia, retomando a característica do indivíduo como ser que apresenta comportamentos variados e, sendo assim, analisados e compreendidos e não somente tratados por base medicamentosa na qual, na maioria das vezes, transforma o indivíduo em um refém das indústrias, que a cada dia produzem mais medicamentos para o atendimento de uma sociedade que se encontra presa somente aos conceitos apresentados pela medicina.

A análise foucaultiana sobre os efeitos no campo social de saberes e práticas como os da Medicina diferencia-se da tradição crítica ao valorizar e colocar em evidência o caráter produtivo do poder, considerando que os efeitos deste ocorrem menos por sua natureza negativa do que por sua natureza positiva (FOUCAULT, 1999).

Assim se faz necessário pensar os efeitos do poder que fabrica o prazer, que recalca e esconde, esse poder é aceito socialmente e sustentado perpassando todo o meio social.

A medicalização e sua conseqüente medicação tem sido um fenômeno crescente na sociedade, independente da faixa etária do indivíduo, observamos seu uso indiscriminado. A industrialização dos medicamentos com a explosão do capitalismo originou a expansão da indústria farmacêutica, apresentando-se como propaganda o consumo de medicamentos como a solução de todos os problemas de saúde que o ser humano pudesse ter.

O consumismo exagerado impulsionou a automedicação, sendo tratado qualquer sintoma somente por meio de ações medicamentosas, sem que fosse sequer sugerido qualquer outro tipo de procedimento, nem análise do comportamento ou justificativas plausíveis para as reações apresentadas pelos indivíduos, a busca do prazer, onde a dor é repudiada e deve ser imediatamente suprimida aumentando assim o uso dessas substâncias medicamentosas.

O objetivo deste trabalho não se trata de uma crítica a medicação de doenças, visto que a medicação neste contexto tem um valor imensurável, não objetivamos também negar as questões biológicas ou comportamentais do indivíduo, mas objetivamos pensar criticamente nessa patologização de questões do cotidiano, nessa tentativa de transformar em sintomas das doenças a subjetividade das pessoas.

A adesão medicamentosa e a medicalização na infância

A adesão medicamentosa na infância perpassa pela própria história da infância, já que até o século XII, não havia um sentimento diferenciado sobre o que é ser criança, ela era tratada sem diferenciação do adulto. A visão da criança passou a ser modificada a partir do séc. XIII, mas ainda no séc. XIX a criança não era considerada como passível de ser afetada por doenças mentais, pois para haver patologia, as funções mentais deveriam estar formadas e para a ciência da época as crianças ainda não as tinha.

Somente a partir do final do séc. XIX e início do século XX que começou a surgir preocupações e estudos sobre a criança, marcado pelo progresso da ciência, mas não sendo abandonada a perspectiva “adultocêntrica”, mantida até os dias atuais de certa forma.

Segundo Assumpção Jr (1995) no início do século XX se delineiam duas vertentes quanto a forma de lidar com a saúde mental das crianças: a primeira organicista, de tendência classificatória e eminentemente médica, preocupada com delinquência e deficiência; a segunda, ligada a pediatria preocupada com a prevenção e a profilaxia, de orientação mais psicobiológica. Podemos constatar um movimento de medicalização fortalecendo assim a vertente organicista, gerando fenômenos como o crescimento na prescrição de psicofármacos por médicos de outras especialidades que não a psiquiatria, até mesmo dispensando um diagnóstico.

A escola é um dos principais agentes facilitadores e influenciadores da medicalização infantil, tanto em seu aspecto positivo quanto negativo, não sendo nosso propósito aqui, polemizar a questão da escola e menos ainda no sentido de identificá-la como responsável pelas mazelas da sociedade, mas se torna nítido que muitas vezes a educação consagra a desigualdade que deveria destruir e afirma como ideia o que nega como prática.

A medicalização nas escolas, ainda no final do séc. XIX, ganhou forças com a criação da Puericultura na Europa e imediatamente trazida para o Brasil direcionada para absorção das ideias do projeto higienista e o combate a doenças específicas (sífilis, tuberculose, alcoolismo). Na década de 50 havia resultados negativos da atuação pedagógica, principalmente com crianças advindas das camadas mais pobres da população. Surge na década de 60 a teoria da carência ou privação cultura, a pré-escola associada a projetos de assistência médica, dentaria e serviços educacionais.

Observa-se que a porta de entrada da saúde na escola é a doença, seja ela física ou psicológica, a partir da década de 70 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional enfoca as doenças, as drogas, a higiene, as agressões ao corpo, os primeiros socorros, a desnutrição, os desvios no comportamento, entre outras questões, priorizando quase sempre, o enfoque biológico e médico das questões em detrimento de outros enfoques

Oliveira (1989) afirma: Considerar a natureza social do homem, no caso específico da criança, significa pensar a criança na relação com a sociedade, com

os bens e valores produzidos socialmente, com as novas necessidades que se vão criando” (p.74)

Não há como conceber a criança como um ser estático, imóvel, imutável, como cópias, como robôs pré-moldados, as crianças possuem subjetividade, sentimentos, são atravessados não apenas pelo contexto social no qual estão inseridos, mas interagem de forma significativa com tudo que lhes é proposto, a criança está no meio e interage com ele, modifica-o, assim cada criança é um indivíduo único, comportando-se e interagindo a partir de suas singularidades.

Sendo comum assim crianças que apresentam comportamentos que não correspondem ao esperado ou desejado pelos professores, são vistos como portadores de transtorno e os pais, influenciados pelas queixas dos educadores, passam a procurar ajuda médica e psicológica com o intuito de sanar tais comportamentos considerados anormais, o que acarreta na medicalização, que surge como principal meio de “solucionar” o problema.

Verifica-se que a sociedade tem interpretado problemas de desempenho como doenças, o transtorno como um distúrbio neurológico, validando assim o uso do medicamento para transtornos. Estes problemas de saúde do aluno são normalmente apontados como as principais causas do fracasso escolar, como desnutrição e as disfunções cerebrais (dislexia, dislalia, hiperatividade) constituem na verdade um falso discurso científico para encobrir uma determinada pretensão ideológica, ou seja, a biologização de aspectos eminentemente sociais, ou seja, medicaliza-se a sociedade, isto é, os problemas sociais passam a ser um problema do médico.

Essa atuação da medicina no interior da sociedade é denominado de “medicalização” e segundo Foucault (1994 p. 241) medicalização é um “mito de um desaparecimento total da doença em uma sociedade sem distúrbios e sem paixões, restituída a sua saúde de origem”.

A medicalização nada mais é do que problemas que antes não eram considerados médicos passem a ser vistos como questões médicas. De acordo com Conrad (1992), isso significa dizer que um problema foi definido em termos

médicos, por meio do uso da linguagem médica, da adoção de explicações médicas e de um tratamento para a condição.

Sendo uma das consequências do pensamento medicalizante a presença de um discurso hegemônico, que faz com que as crianças vivam em uma permanente crise, uma crise que não é atual, apenas se tornou mais explícita a partir de denúncias, movimentos de proteção, estatutos, etc. uma crescente preocupação com as precárias condições da infância, mas essa problemática não é nova. A criança está presente nas relações sociais, como frágil e imatura, dócil, dependente, improdutiva, seja como “somente criança” que é pensada, como rebelde, indócil, inferior, subversiva, malandra, deficiente, ou até como portadora de transtornos mentais, quando não é o caso.

A relação que se estabeleceu entre saúde e educação fortaleceu o discurso da medicalização na escola. Sendo a patologização escolar, segundo Collares e Moysés (2014, p.26), “consiste na busca de causas e soluções médicas, a nível organicista e individual, para problemas de origem eminentemente social”. Assim a patologização escolar é algo externo que influencia e modifica a subjetividade do indivíduo, ou seja, apontar no diferente uma doença que mesmo inexistente, passa a ser reconhecida e diagnosticada pela equipe escolar e de saúde, estigmatizando o aluno e ainda buscando afirmar pelas justificativas sociais a patologia, desencadeando conseqüentemente uma medicalização.

Collares e Moysés (1994), conceituam o termo medicalização:

O termo medicalização refere-se ao processo de transformar questões não médicas, eminentemente de origem social e política, em questões médicas, isto é, tentar encontrar no campo médico as causas e soluções para problemas dessa natureza. A medicalização ocorre segundo uma concepção de ciência médica que discute o processo saúde-doença como centrado no indivíduo, privilegiando a abordagem biológica, organicista. Daí as questões medicalizadas serem apresentadas como problemas individuais, perdendo sua determinação coletiva. Omite-se que o processo saúde-doença é determinado pela inserção social do indivíduo, sendo, ao mesmo tempo, a expressão do individual e do coletivo. (COLLARES E MOYSÉS, 1994 p.28)

Esse ato de patologizar tem atingido a todos os indivíduos que se manifestam foram dos padrões de normalidade, as crianças têm sofrido cada vez mais com esse

ato, a educação e os educadores acabam levando para as salas de aula modelos pré-concebidos de comportamentos, aos quais qualquer um que se enquadre fora de seus padrões são considerados “anormais”. Percebemos que muitas vezes os educadores possuem um discurso generalizado sobre a infância, as crianças devem se enquadrar a características de acordo com a faixa etária a que pertencem e perdem assim sua individualidade e não são percebidas como sujeitos atravessados pelo social, pelas influencias de seu meio, pela sua história de vida.

A escola está a serviço do capitalismo que visa a produtividade, querem pessoas obedientes as leis e as normas da sociedade, pessoas que sejam submissas, “alienadas”, qualquer criança que possa vir a ser crítica questionadora deve ser modelada, massificada e o caminho mais rápido e eficaz é o da patologização, onde a arte médica pode detectar esses distúrbios e corrigi-los em prol de uma sociedade normal.

Há que se discutir e resistir ao processo de ampliação desmensurada dos diagnósticos e da medicalização da vida que vem se produzindo atualmente. No nosso cotidiano as crianças têm perdido suas características, seus comportamentos, antes visto como travessuras, ou simplesmente como coisas de criança hoje são sintomas e por estes sintomas são diagnosticadas e medicalizadas como nos diz Aguiar:

Na sua grande maioria as análises focam a presença atual de diagnósticos psiquiátricos que estabelecem bases biológicas para os sofrimentos psíquicos, aproximando os fenômenos mentais das doenças orgânicas, ou seja, vê-se um abandono crescente da descrição causal e de sentido dos sintomas apresentados pelo sujeito em benefício de uma noção em que os sintomas são reconhecidos como manifestações de desordens da bioquímica cerebral (Aguiar, 2004, p. 166)

O DSM IV é a prova de que o sujeito é diagnosticado a partir de um certo número de sintomas, sem levar em consideração o que está acontecendo com este sujeito, em que realidade ele está inserido, quais contextos ele tem vivenciado, apenas se rotula e se pré-determina que determinadas crianças com determinados sintomas possuem determinado diagnóstico. Sendo referência mundial de

diagnóstico dos transtornos mentais, globalizando o modelo psiquiátrico americano. Perde-se toda e qualquer singularidade do comportamento humano em prol de um diagnóstico e de uma medicação.

É inquietante o número crescente de crianças que recebem diagnósticos de diversos transtornos e a sua medicalização, ao contextualizá-las percebemos que estas crianças estão inseridas em uma sociedade que busca a eficiência a todo custo, uma sociedade das urgências, do imediatismo, que se utiliza dos rótulos para controlar as subjetividades.

Nos limites deste artigo, não iremos negar a existência da psicopatologia na infância, mas faremos algumas considerações visto que não há como desconsiderar o fato de inúmeras crianças estarem medicalizadas exageradamente enquanto que o seu contexto de desenvolvimento que está comprometido, devendo ser considerado não apenas a parte orgânica, mas também os fatores psicossociais que afetam o equilíbrio emocional e cognitivo das crianças.

Conclusões

A medicalização na infância é uma temática árdua, desafiante e multifacetada que, pode ser enfocada a partir de diversas perspectivas. É necessário, portanto, ponderar, o saber médico não como um problema em si, que deva ser negado ou diminuído, mas como algo a ser avaliados e considerado, buscando sempre diferentes opiniões antes de medicamentar a criança.

A intenção do presente trabalho se dá a partir da observação e reflexão acerca dos conceitos e referenciais teóricos apresentados a partir da revisão bibliográfica aqui apresentada a fim de produzir uma interlocução crítica que promova novas construções e reflexões. Dito isso, as contribuições desta pesquisa se referem à reflexão do processo da medicalização, sob várias facetas, não de modo a opor uma à outra, mas na tentativa de compreendê-las a partir de suas articulações.

Referências:

AGUIAR, A.A. **A psiquiatria no divã: entre as ciências da vida e a medicação da existência**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. 166p.

ASSUMPÇÃO JR., F.B. **Psiquiatria infantil brasileira: Um espaço histórico**. São Paulo: Lemos, 1995.

COLLARES, C.A. L.; MOYSÉS, M. A.A. **A transformação do Espaço Pedagógico em Espaço Clínico: a patologização da educação**, 2014.

COLLARES, C.A.L. & MOYSÉS, M. A.A. **A transformação do espaço psicopedagógico em espaço clínico**. A patologização da Educação – Série Ideias, 23, pp 25-31 – São Paulo: FDE, 1994.

CONRAD, P. SCHNEIDER, J. W. (1992). **Deviance and medicalization: From badness to sickness**. Philadelphia: Temple University Press.

EDINGTON, V.T. A medicalização da infância: uma leitura psicanalítica. **Dissertação de Mestrado** Universidade federal da Bahia, 2012.

FOUCAULT, M. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994

FOUCAULT, M. O Nascimento da Medicina Social. In: MACHADO, R. (Org.) **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, p. 79-98, 1999.

IGNÁCIO, V.T.G.; NARDI, H. C. A medicalização como estratégia biopolítica: um estudo sobre o consumo de psicofármacos no contexto de um pequeno município do Rio Grande do Sul. **Psicologia & Sociedade**, 19 (3), 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19n3/a13v19n3.pdf>>. Acesso 10 out. 2018.

ILLICH, I. **A Expropriação da Saúde: Nêmesis da Medicina**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

MACHADO, L. V.; FERREIRA, R. R. A Indústria farmacêutica e psicanálise diante da “epidemia de depressão”: respostas possíveis. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.19, n.1, jan/mar. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v19n1/14.pdf>>. Acesso 15 out. 2018.

Moysés, M. A. A. (2001). **A institucionalização invisível: crianças que não aprendem-na-escola**. Campinas, SP: FAPESP/ Mercado de Letras.

OLIVEIRA, M.B. Infância e historicidade. **Tese de Doutorado** não publicada – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – São Paulo, 1989.

ROSE, N. **Beyond medicalisation**. *Lancet*, v. 369, n. 9562, p. 700-702, 2007.

WEISS, A. M. L.; CRUZ, M. M. Compreendendo os alunos com dificuldades e distúrbios de aprendizagem. In: GLAT, Rosana (org.). **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Letras, 2009.